



Assistência Técnica
à Sociedade Civil



Financiado pela
União Europeia

CAPACIDADES



MAPEAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL CABO-VERDIANA

O Mapeamento visa conhecer o panorama atual da sociedade civil, a fim de desenvolver ações específicas no âmbito de um Plano de Ação (Roteiro) para o período de 2020 a 2025 que promova um maior compromisso com os atores da sociedade civil.

O ESTUDO TOMOU COMO AMOSTRA 189 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) E 17 CÂMARAS MUNICIPAIS

DINÂMICAS



AMBIENTE



RELAÇÕES





Principais OSC participantes do estudo:

- 40,2% - Organização não governamental (ONG)
- 34,4% - Associações de desenvolvimento comunitário (ADC)
- 25,4% - Associações recreativas, sindicatos, fundações, cooperativas, organizações religiosas e instituições de microfinanças



Principais áreas de intervenção:

- Inclusão social; Educação; Igualdade de género; Desenvolvimento local/rural; Sensibilização

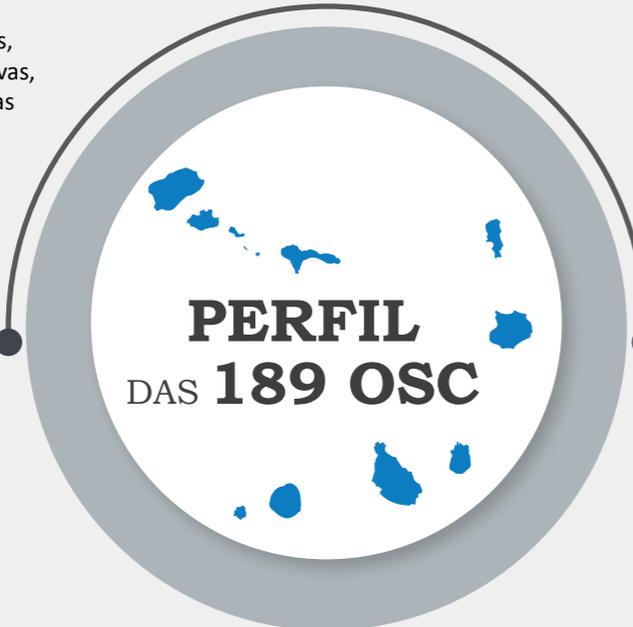


Principais grupos alvos e beneficiários:

- Mulheres, jovens, pessoas em situação de vulnerabilidade, crianças, população rural, e idosos



As OSC apresentam uma maior dinâmica interventiva nas ilhas de SANTIAGO e SÃO VICENTE



PERFIL DAS 189 OSC

CONTRIBUIR PARA A PROFESSIONALIZAÇÃO DAS OSC.



FINANCEIROS/MATERIAIS:

- A maioria das OSC carece de uma sede própria;
- 45,7% das OSC têm fundos anuais inferiores a 10. 000 EUR;
- As principais fontes de financiamento são as doações públicas ou privadas e as quotas dos sócios;
- 36% das OSC realizam alguma atividade geradora de rendimento;
- 84,7% das OSC não têm recursos financeiros suficientes para sustentar recursos humanos especializados.



HUMANOS/TÉCNICOS:

- Voluntariado como principal fonte de sustentabilidade das OSC com 62,2% do pessoal que é voluntário;
- Personalização do associativismo (34,6% das pessoas nas OSC estão na direção);
- Feminização da mão de obra das OSC, com exceção da direção;
- Déficit nos mecanismos de prestação de contas;
- Áreas que precisam de reforço técnico: Mobilização de financiamento, elaboração e gestão de projetos.



INTERVENÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS:

- Necessidade de reforçar a capacidade para influenciar políticas públicas, as iniciativas de ações de advocacy poucas vezes partem das OSC;
- Carência de mecanismos permanentes de diálogo e fraca cultura de partilha entre as OSC;
- Inexistência de uma agenda não governamental;
- Boas práticas de redes atuais: Rede TAOLA, Mesa de diálogo FATA;
- Boas práticas do passado: OADISA, Programa FADOC.

AMBIENTE LEGAL E INSTITUCIONAL

- Existe uma grande dispersão da legislação das organizações sem fins lucrativos;
- 72% OSC consideram-se satisfeitos com o quadro legal, mas na aplicação prática, o nível de satisfação diminui (50% de satisfação com o quadro legal);
- Os principais obstáculos indicados incluem o partidarismo (53,4%), o insuficiente acesso à informação (42,3%) e a falta de coordenação entre as instituições (41,3%).

DINÂMICAS

FRACO RELACIONAMENTO ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL

TENDÊNCIAS ATUAIS DA SOCIEDADE CIVIL

Fraca abertura política para o diálogo - mais de 42,6% das OSC indicam que as instituições são “pouco abertas” e 11,7% “não abertas”;

83,1% das OSC afirmam não existir espaços de diálogo permanente com o Estado que tenham um impacto real nas políticas públicas;

60,3% das OSC nunca foram convidadas para participarem num diálogo com o Governo;

54,5% das OSC receberam apoio financeiro do Estado. Principais fundos e programas nacionais existentes para as OSC incluem o Programa POSER, o Fundo do Ambiente e o Programa de Inclusão social do Ministério de Família e Inclusão social;

Reestruturação dos programas de luta contra a pobreza no meio rural a favor de uma abordagem produtiva: A economia social e solidária;

Um novo quadro legal para as microfinanças e a economia social e solidária;

A Agenda 2030 e o processo de localização dos Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

A UE tem uma relação de longa data com a sociedade civil em Cabo Verde, sendo o seu principal instrumento de financiamento o “Programa Temático para as Organizações da Sociedade civil e Autoridades locais”.